



SEÇÃO TEMÁTICA



Poder disciplinar e dispositivo de sexualidade na série Sex Education:

possíveis paralelos com o contexto educacional brasileiro

Áshlyn Lima dos Santos, *Universidade Paranaense*.

Lucas Adriano Bessão, *Universidade Paranaense*.

Maria Fernanda Monteiro Cavalcante, *Universidade Paranaense*.

Tayná Ceccon Martins, *Universidade Paranaense*.

Resumo. O presente artigo tem como objetivo analisar a relação do poder disciplinar e o dispositivo de sexualidade na terceira temporada de *Sex Education* (2021) com os possíveis paralelos com o contexto nacional de educação brasileiro. O trabalho perpassa pela noção foucaultiana de poder, e como ele pode resultar em um poder disciplinar dentro do espaço escolar a partir do desenrolar da trama da série, compreendendo a prática discursiva do dispositivo de sexualidade na produção de corpos ditos normais e anormais. Dessa forma, *Sex Education* fornece subsídios para um olhar crítico sobre acontecimentos no contexto nacional brasileiro de educação, sobretudo a propagação de falácias como ideologia de gênero e a censura das temáticas sexualidade e gênero da Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

PALAVRAS-CHAVE: Poder disciplinar. Dispositivo de sexualidade. Sex Education.



Introdução

Na trama da série britânica disponibilizada pelo serviço de streaming *Netflix* acompanhamos o personagem Otis Milburn (Asa Butterfield), um adolescente que mesmo com pouca experiência sexual inicia uma clínica de terapia sexual no seu colégio com sua melhor amiga Maeve Wiley (Emma Mackey), utilizando dos conhecimentos prévios sobre sexualidade advindos de sua mãe, uma conhecida sexóloga. A série mostra o cotidiano de discentes, docentes e seus parentes da escola fictícia de *Moordale* enfrentando diversos dilemas pessoais que se relacionam com a temática de sexualidade e intimidade. *Sex Education* (figura 1) entrelaça discussões acerca de sexo, gênero e adolescência na escola, instituição em que se pode perceber a atuação do dispositivo disciplinar com muita clareza. Assim, é possível compreender o contexto com base nas reflexões propostas por Foucault (2020) ao descrever os efeitos de fenômenos analisados em suas obras como poder disciplinar e o dispositivo da sexualidade.

Figura 1 - Foto da série Sex Education - Netflix



Fonte: Site Papo de Cinema/Netflix¹

O poder disciplinar, segundo Foucault (2005) é aquele que age no corpo do indivíduo para torná-lo eficiente e útil, analisando, separando, classificando e individualizando cada sujeito. Tem como instrumentos o olhar hierárquico, a normatização e o exame. Este tipo de poder não tem como finalidade mutilar os corpos, mas sim adestrá-los. A

¹ Disponível em: <https://www.papodecinema.com.br/series/sex-education/> Acesso: 28/09/2024



análise do poder disciplinar é feita em *Sex Education* da maneira como aparece, sendo uma possibilidade não só discursiva e moral (códigos de conduta, vestimenta e comportamentos aceitos e não-aceitos) mas também como arquitetônica (destruição e limitação de espaços onde se é discutido sobre sexualidade), com diversas representações ao longo da trama que reforçam a ação desse dispositivo em incitar, reprimir e produzir efeitos desejados — ou não — nos corpos dos estudantes.

Dessa forma, também evoca-se a ideia de Foucault (2020) sobre o dispositivo de sexualidade, sendo este uma relação de elementos diferentes com práticas discursivas onde a produção de discursos pautados em uma pedagogia do sexo irão criar verdades sobre o corpo, como por exemplo, descartando a experiência subjetiva dos jovens como é percebido na série, criando então o “normal” e o “anormal”, o possível e o não-possível. É nesse jogo de verdades acerca do sexo, lícito e ilícito que a ficção se transfigura em realidade quando se faz um paralelo ao contexto brasileiro educacional em que os discursos e práticas empregados ao lidar com a sexualidade dos estudantes, aliam-se a narrativas hegemônicas que tomam formas nas discussões de propostas políticas como “ideologia de gênero” e o reforço da heterocisnormatividade.²

Poder disciplinar e dispositivo de sexualidade

Para Foucault (2004), o poder não se encontra nas mãos de um indivíduo ou centralizado em alguma instituição, mas sim nas relações, contrariando teorias clássicas onde o poder advinha da soberania e também do Estado, convenientes com a ideia de um possível monopólio de poder, à vista disso a análise foucaultiana trata de periferias de “micro-poderes” que estruturam e permeiam todas as instituições sociais. Ao investigar a historicidade da sociedade ocidental a partir dessa percepção, Foucault pontuou novas tecnologias de poder emergentes que chamou de poder disciplinar e biopoder (FOUCAULT, 1999). Sendo o poder disciplinar: “aquele que procura individualizar o

² A heterocisnormatividade refere-se à instituição da heterossexualidade (atração afetivo-sexual por indivíduo de gênero oposto) e da cisgeneridade (conformação da identidade de gênero com o sexo biológico designado ao nascer, a partir da genitália externa do indivíduo) enquanto naturais e, por conseguinte, legitimadas socialmente como o padrão a ser seguido, patologizando as demais orientações sexuais e identidades de gênero que fujam à norma (CARVALHO; JÚNIOR, 2019, p. 161).



sujeito e usar técnicas disciplinares para docilizá-lo” (DINIZ; OLIVEIRA, 2014, p. 143-144), e o biopoder: que vai “se encarregar da preservação da vida, eliminando tudo aquilo que ameaça a preservação e o bem-estar da população” (*ibidem*). Sobre o poder disciplinar é possível verificar a presença deste em instituições como prisões, hospitais, exércitos e escolas.

A escola desde sua origem atua como instituição e espaço disciplinar dos corpos, almejando a produção de cidadãos funcionais em sociedade, dessa forma, procura ao máximo distanciar desses sujeitos em formação qualquer foco em assuntos divergentes aos abordados na escola, como Louro (2000) explícita do comportamento esperado e incitado no estudante:

Um corpo escolarizado é capaz de ficar sentado por muitas horas e tem, provavelmente, a habilidade para expressar gestos ou comportamentos indicativos de interesse e de atenção, mesmo que falsos. Um corpo disciplinado pela escola é treinado no silêncio e num determinado modelo de fala; concebe e usa o tempo e o espaço de uma forma particular. Mãos, olhos e ouvidos estão adestrados para tarefas intelectuais, mas possivelmente desatentos ou desajeitados para outras tantas (p. 17).

Portanto, o poder disciplinar e suas técnicas inscrevem-se diretamente no corpo dos indivíduos, manipulando seus gestos e comportamentos, dando formas e contornos, adestrando-o (DANNER, 2010). A instituição escolar vai funcionar a partir de um olhar hierárquico como forma de manter a vigilância e contínua observação dos trejeitos e discursos dos sujeitos que a este espaço pertencem, não permitindo a esses a divergência ou foco em outras questões que os atravessam, como gênero e sexualidade. Desenvolve-se então toda uma conjuntura de mecanismos, técnicas e discursos para que os indivíduos sejam submetidos ao exame constante, a normas e imposições com a finalidade da manutenção de um processo normatizador de gênero, pautado nos valores culturais hegemônicos na sociedade, como a binariedade entre ser homem e mulher que também são naturalizadas nas práticas educacionais, e tudo aquilo que se distancia disso é considerado anormal (CARDOSO, 2018).

Destarte, o anormal neste contexto pode assumir todas as formas que não sejam alinhadas as hegemônicas: o homossexual, transgênero, bissexual ou *queer*. Sendo alvo de repressão, chacota e perseguição pelo descumprimento disciplinar imposto na escola. A anormalidade ocupa



aqui espaço na cultura como todas aquelas subjetividades cujo corpos, comportamentos e desejos põem em xeque aquilo que se é combatido pelo poder disciplinar e as vigências de imperativos morais, pois refletir sobre o meio pelo qual as “anormalidades” são produzidas, leva a provocações e questionamentos potentes como Dornelles (2013) faz:

Mais do que a visibilização e/ou a emancipação de um dos polos oprimidos nesses antagonismos sociais de raça, gênero e sexualidade, por exemplo, considera-se, aqui, a necessidade de perguntar que repertório cultural e que jogos epistemológicos são esses que nos definem como sujeitos sociais e de direitos nos Estados-nação? Que regimes de inteligibilidade produzem esses sentidos sobre o que somos? Como se organizam e se dispõem taticamente no plano do poder? Como funciona a formação dos e quem ocupa os espaços de margem a expensas da produção normativa de um sujeito viável nesses jogos de poder? (p. 22).

Em uma análise hipercrítica³ sobre as políticas de inclusão e a produção de anormalidades em escolas, Lasta & Hillesheim (2014) vão reiterar a discussão na medida em que analisam como os campos “*psi*” (psicologia, psiquiatria, psicanálise e até mesmo a pedagogia como neste caso) reafirmam e realizam a manutenção do anormal na medida em que: “[...] se materializam no currículo e contribuem para a normalização dos sujeitos, adquirindo status de verdade, se estendendo por todo tecido social (p. 143)”. A pedagogia da sexualidade pode aparecer no âmbito educacional como a vigilância meticulosa da heterossexualidade, na maioria das vezes de forma sutil, mas quase sempre duradoura e eficaz, como a construção da categoria homem e mulher ao longo da vida escolar. Essas práticas — sendo um reflexo da cultura e sociedade — emergem legitimando maneiras de subjetivação de gênero, como por exemplo: o investimento discursivo no caso dos meninos, de autocontrole e a não-demonstração de sentimentos, sendo as características sentimentais e o cuidado de si reservadas para as garotas (LOURO, 2000).

Compreendendo esse investimento como uma tentativa contemporânea de produção de uma norma, é importante visualizar e problematizar o corpo enquanto; “[...] uma construção social, política, histórica e cultural, percebê-lo enquanto texto, que constantemente fala,

³ Hipercrítica para os autores significa trabalhar com uma análise crítica sobre os efeitos e as construções de realidades das políticas de inclusão, mas não significando uma completa recusa à ideia destas.



problematiza, educa ou deseduca aquele que o lê” (SILVA; VALENÇA, 2016 p. 39). Somente assim, é possibilitado o entendimento dos efeitos discursivos que se manifestam nas relações entre sujeitos e consigo mesmos, uma vez que sexualidade e gênero são frutos das vicissitudes sociais; é possível um olhar que transgride os limites discursivos e disciplinares ao ressignificar as marcas históricas e políticas produzidas no corpo.

Ao deslocar a ideia de um corpo natural e passivo para um instrumento que também produz sentido e não sendo apenas um depósito de valores culturais, rompe-se com as análises estruturalistas com vieses de verdades biológicas e biomédicas acerca do corpo e corporalidade (PASSAMANI; FERREIRA, 2013). Cabe compreender a partir dessa ótica então que os regimes estruturantes e reguladores sobre os corpos caem por terra ao abrangermos o corpo enquanto um potencializador de construção de novos sentidos pois justamente contraria o dispositivo de sexualidade, entendido enquanto:

[...] uma estratégia potente e perversa não de repressão, mas de gerenciamento e controle da produção dos corpos, subjetividades e populações. Potente porque o poder avança cada vez mais fundo sobre os modos de existência; perverso porque produz formas de experimentação e vivência da sexualidade como ilegítimas, não para exterminá-las totalmente, mas sim para a manutenção das relações de poder (CASSAL; GONZALEZ; BICALHO, 2011, p. 466).

Tanto o poder disciplinar quanto o dispositivo de sexualidade aparecerão ao longo da narrativa de *Sex Education* e fornecerão meios para entender a instituição escola como um espaço ainda mantenedor de discursos e práticas hegemônicas com a finalidade de exercer controle sobre os corpos.

Hope, o exercício do poder disciplinar e pedagogia do sexo através do dispositivo de sexualidade

No começo da terceira temporada é introduzida a personagem Hope (Jemima Kirke) (Figura 2), como nova diretora da escola popularmente conhecida como a “escola do sexo” por conta da exposição sobre as vivências e experiências sexuais dos alunos e professores da instituição. Em um primeiro momento esta traz consigo um discurso de “renovação de imagem” de *Moordale* mascarando uma práxis disciplinar



a partir de uma ótica de adestração dos corpos dos alunos. Para Foucault (1999), o êxito do poder disciplinar se dá pelo olhar hierárquico (panóptico que permite vigiar e fiscalizar o sujeito a todo tempo) e a sanção normalizadora (que seria uma maneira de punir o indivíduo dentro das instituições disciplinares, como se fosse um mini mecanismo penal) que juntas irão formar o exame (que vão punir ou não o indivíduo). É justamente por este tríplice pelo qual o poder disciplinar envereda discursos e corpos, algo muito presente nas ações de Hope como diretora de *Moordale*, como por exemplo no momento em que Hope define a obrigatoriedade de uniformes masculinos e femininos para todos estudantes, assim como a separação do espaço dos corredores em duas vias para limitar o contato físico dos estudantes e a instigação da sexualidade.

Figura 2- Hope discursando aos alunos de Moordale



Fonte: Site DigitalSpy/Netflix⁴

Segundo Louro (2000) historicamente, os sujeitos tornam-se conscientes de seus corpos na medida em que há um investimento disciplinar sobre eles, e isso se relaciona com a ideia de purificação da imagem da escola do sexo para *Moordale*, quando impõe ao estudante marcas do processo de escolarização clássica que são valorizadas e referências em nossa sociedade. Ainda relacionada a essa uniformização, Hope pede que algumas estudantes mudem seu cabelo e para Cal

⁴ Disponível em: <https://www.digitalspy.com/tv/a37659807/sex-education-season-3-hope/> Acesso em: 28/09/2024



Bowman (Dua Saleh) (Figura 3) — personagem não-binário⁵ — utilizar roupas que fossem “adequadas” ao seu tamanho, gerando um controle sobre o corpo que tem como objetivo uma submissão constante, que permite que os sujeitos sejam classificados e hierarquizados conforme a aparência de seus corpos e forma de exercício das suas sexualidades, em que essas características se transformam em marcas de poder (FOUCAULT, 2020).

Figura 3 - Cal Bowman



Fonte: Site newsweek/Netflix⁶

O corpo então entraria numa zona de poder que alinha, desalinha e o refaz, junto com isso uma “mecânica do poder” que atravessaria e definiria o domínio sobre outros corpos, para que estes ajam de acordo com o que se espera deles. Criando assim “corpos dóceis”, que são aqueles submissos e exercitados (FOUCAULT, 1999). Cal sendo uma pessoa que não se identifica com o gênero feminino ou masculino contraria a mecânica do poder ditada por Hope em relação a uniformização, rebelando-se da docilização presente no processo de definição de gênero binário, ao confrontar diretamente Hope em relação às exigências de transitar, vestir e agir na escola de acordo com o gênero designado ao nascimento, questionando, enquanto uma pessoa não-binária, como supostamente as regras definidas pela diretora funcionariam. Louro (2000) explicita que:

⁵ Ser uma pessoa não-binária significa não se identificar com algum gênero, sua identidade e expressão não se limitam ao masculino ou feminino. Ao se referir a Cal optou-se por uma escrita de maneira neutra que não enquadre tal personagem enquanto homem ou mulher.

⁶ Disponível em:

<https://www.newsweek.com/sex-education-3-new-character-cal-actor-dua-saleh-1627529> Acesso em: 28/09/2024



O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um "dado" anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse "dado" sexo vai determinar o gênero e induzir uma única forma de desejo. Supostamente, não há outra possibilidade senão seguir a ordem prevista. A afirmação "é um menino" ou "é uma menina" inaugura um processo de masculinização ou de feminização com o qual o sujeito se compromete (p. 15).

O enfretamento de Cal é uma tentativa de desconstrução da heterossexualidade compulsória ou normativa e por sua vez destaca a luta e reivindicação de corpos transgênero ao sofrimento causado pelos discursos do modelo dismórfico de sexo/gênero presentes sobretudo nos espaços escolares (MIRANDA; OLIVEIRA, 2016). Cal e mais estudantes incongruentes de gênero comprometem as normas e expectativas, culturais e sociais binárias ao questionarem os investimentos sobre os corpos com finalidade de produzir sentido (masculino ou feminino) com o uso de vestimentas “adequadas” à matriz cisgênera e heterossexual compulsória. Essa matriz diz respeito ao:

[...] modelo discursivo/epistemológico hegemônico da inteligibilidade do gênero, o qual presume que, para os corpos serem coerentes e fazerem sentido (masculino expressa macho, feminino expressa fêmea), é necessário haver um sexo estável, expresso por um gênero estável, que é definido oposicional e hierarquicamente por meio da prática compulsória da heterossexualidade (BUTLER, 2013, p. 216).

Além das roupas adequadas, temos ainda o exemplo do controle da sexualidade dos(as) estudantes junto com o novo currículo sobre o tema que segundo Hope estava relacionado ao desenvolvimento de autocontrole, isso apoia a ideia de Louro (2000) que na escola o foco sempre deve recair sobre as produções acadêmicas, considerando até mesmo o intervalo como um momento de se concentrar para outra aula.

Quando assume o cargo de diretora, Hope teve como primeira decisão a destruição da infame "clínica do sexo" gerenciada pelos próprios alunos em meio a um ambiente já opressor no qual não se havia discussões e conversas abertas sobre o tema. Tal ato enquadra-se na lógica da censura, sendo um dos meios pelos quais o dispositivo de sexualidade se constitui para a disciplinarização, fazendo-se uma interdição a partir de três formas: afirmar que não é permitido, impedir que se diga e negar que exista (FOUCAULT, 2020). A destruição da clínica do sexo na série é outra maneira de impossibilitar o diálogo sobre



sexualidade na escola, ao mesmo tempo que coloca o debate do tema na ilegalidade e afastando da inteligibilidade dos alunos.

Diante o conjunto de estratégias desenvolvidas por Hope ao longo trama que objetivam o controle sistemático e explicitam o caráter da pedagogia sexualidade reforçando o engendramento do modelo cisheteronormativo com finalidade apenas de reprodução biológica (LOURO, 2000), destaca-se também em uma destas ações retratadas em cena, onde os estudantes são separados por gênero para terem aulas sobre educação sexual, as meninas participam de uma roda de conversa sobre sexo onde ouvem relatos de outras mulheres sobre suas experiências sexuais que acabaram por resultarem em gravidez indesejada, enquanto os meninos assistem um vídeo sobre doenças sexualmente transmissíveis. Todas essas técnicas utilizadas por Hope advogam pela tentativa de produzir nos estudantes repulsa sobre sua sexualidade e gerando assim um estado de celibato sexual com a finalidade de atender a uma mudança curricular proposta pela mesma, reafirmando o controle sobre a saúde dos estudantes, resgatando novamente a ideia de biopoder, onde mecanismos científicos são utilizados para controlar e regulamentar as ocorrências da vida social (FOUCAULT, 2004). Essa intenção se torna ainda mais clara quando os alunos são proibidos de fazerem perguntas ou discutirem as informações trazidas e mesmo aqueles que tentavam eram expulsos da sala de aula ou repreendidos na frente dos outros.

Também é válido compreender a extensão das implicações da relação de Hope com os estudantes de *Moordale* com maior proximidade a ela e que atuam como “agentes” que indiretamente contribuem para a realização de seus objetivos com aquela comunidade, fazendo com que o ambiente escolar constituído da maneira opressiva se intensifique ainda mais, sendo que a violência institucional sobre esses corpos também é feita por esses próprios estudantes, como é observado na relação de Vivienne Odusanya (Chinenye Ezeudu) com Hope, onde Viv perpetua entre seus pares as obrigações e regras impostas pela direção. Fazendo com que o poder se dissemine na estrutura social entre os grupos de estudantes, alterando a dinâmica das relações ali estabelecidas, abrangendo o que Foucault (2004) diz:

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizada aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas



malhas os indivíduos não só circula, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação: nunca é o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outro termo, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (p. 193).

A escola sendo um reflexo da sociedade é, sem dúvida, um dos espaços mais difíceis para que alguém “assuma” sua sexualidade ou identidade enquanto homossexual, bissexual ou trans, Louro (2000) esclarece que:

Com a suposição de que só pode haver um tipo de desejo sexual e que esse tipo – inato a todos – deve ter como alvo um indivíduo do sexo oposto, a escola nega e ignora a homossexualidade (provavelmente nega porque ignora) e, desta forma, oferece poucas oportunidades para que adolescentes ou adultos assumam, sem culpa ou vergonha, seus desejos (p. 30).

Lily Iglehart (Tanya Reynolds) em sua *backstory* mostra o aflorar de seus desejos e consciência da sua sexualidade ainda na sua infância, sendo hostilizada ao longo dela por conta disso, enquanto Adam Groff (Connor Swindells) enfrenta um lar extremamente conservador aos modelos heterossexuais e de gênero pautados na moral vigente da sociedade e contradiz isso ao se entender enquanto bissexual e, junto de Cal Bowman, enfrentam hostilização pública exercida por Hope ao colocar o trio como “exemplo” de desviantes na frente dos outros estudantes. A ação da diretora reforça o modelo de escola estruturante da sexualidade através difusão de estigmas, fenômeno comum a matriz heteronormativa como Laurindo (2020) afirma que “essa preconiza o alinhamento entre sexo e gênero, de tal forma que a expressão do desejo sexual e afetivo se dê por pessoas de sexo/gênero “oposto”, marginalizando pessoas que não se identifiquem desta forma” (p. 50).

A insistência em um modelo escolar pragmático de disciplinarização dos corpos e desejos estudantis acontece ao longo de toda a série, escancarando uma crítica explícita a um problema recorrente quando pensado na maneira como o espaço da escola se dá, principalmente no contexto educacional brasileiro, onde paralelos podem ser realizados.

Paralelos com o contexto brasileiro

No Brasil a temática sexualidade e gênero no contexto da educação passa por um apagamento de ações voltadas à discussão nas escolas, a



começar pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) onde as referências obrigatórias para a elaboração de currículos e propostas pedagógicas das instituições de ensino do país não abrangem questões de gênero e sexualidade nas escolas. Em um estudo desenvolvido por Araújo (2022), percebe-se uma diminuição significativa da inserção de orientações sobre o tema no decorrer dos últimos anos, sendo mais evidente na BNCC de 2017 que omitiu a necessidade de discutir problemáticas de gênero e sexualidade nos espaços escolares, sendo a palavra gênero banida do seu sentido atrelado ao de orientação sexual. Essa supressão é proposital e o efeito de uma longa discussão na sociedade brasileira que adquiriu maior intensidade nos últimos anos sobre a efígie discursiva de agentes e setores conservadores da sociedade acerca de uma suposta ideologia de gênero⁷ que como observado por Borges e Borges (2018) o discurso perpetuado por grupos religiosos e empresários no Rio Grande do Sul e de Porto Alegre ao longo da formação dos planos de educação dos estados instaurou-se um pânico moral com a finalidade de combater “[...] o *mal* na inserção das questões de gênero e sexualidade nos planos educacionais” (p. 13).

Campos e Miranda (2022) acrescentam que no cenário brasileiro tem-se como entraves para a implementação de uma Educação Sexual nas escolas o preconceito ainda presente na sociedade, que são atrelados a ideais morais religiosos, e que acaba prejudicando o desenvolvimento das crianças e adolescentes, bem como a possibilidade que eles percebam os abusos vivenciados em contexto familiar. Entrelaçando realidade com ficção, *Sex Education* e os eventos supracitados no contexto nacional compartilham da mesma alternativa para a problemática: o de silenciamento da sexualidade na escola.

O não-tratar de sexualidade neste caso remove da educação sua potência de acolhimento das dúvidas e inseguranças dos alunos sobre seu corpo, saúde e desejos, deixando esses sujeitos sem o acesso a uma educação digna e transformadora. Ao colocar a abordagem do tema na

⁷ Segundo Reis e Eggert (2017) a partir de uma visão essencialista e religiosa que opunha aos planos de educação iniciais de reflexão e discussão sobre as desigualdades, estigmas e violências sobre gênero nas escolas brasileiras: “Criou-se uma falácia apelidada de “ideologia de gênero”, que induziria à destruição da família “tradicional”, à legalização da pedofilia, ao fim da “ordem natural” e das relações entre os gêneros, e que nega a existência da discriminação e violência contra mulheres e pessoas LGBT comprovadas com dados oficiais e estudos científicos” (p. 20).



ilegalidade, autores como Cunha e Pereira (2019) apontam os possíveis efeitos a longo prazo dessa política:

A escola, como parte do mundo, reflete sua sociedade e, portanto, encontra-se atravessada por várias ideologias, moralidades, posicionamentos políticos e formas de conhecimento, científicas ou não. A limitação da liberdade pelo interdito de políticas educacionais que reconheçam e respeitem a diversidade de gênero e que favoreçam a formação cidadã prejudicará sobremaneira a formação de estudantes e, em última instância, estacionará a compreensão desses estudantes sobre si mesmos, sobre a sociedade da qual participam e do Brasil enquanto nação diversa e plural (p. 32).

Hope em *Sex Education* faz mudanças na curricularização para incluir práticas de controle de saúde e destrói a clínica do sexo, enquanto no Brasil o debate sobre a vida sexual e sexualidade dos estudantes é excluída dos currículos de formação em prol da manutenção de modos de vida normativos hegemônicos. Quando se impede de falar de diversidade na escola, afastamos o entendimento de sexo e gênero além do cisheteronormativo, reafirmando preconceitos e violências sobre minorias LGBTQ+ através do processo de heteronormatização. Dessa forma a escola se torna uma espécie de campo de batalha, conforme apontam Acosta e Gallo (2020), onde professores acuados e alunos com suas subjetividades suprimidas vivenciam cerceamentos em seus próprios corpos, mas a escola e os corpos que a compõem também estão sujeitos a escaparem dessas narrativas perversas construídas ao compreender o dispositivo disciplinar educacional como campo também de resistência e reflexão em outros modelos escolares.

Estudos realizados por Bortolini e Vianna (2022) apontaram que na realidade brasileira o debate acerca da educação e gênero e sexualidade se constituíram em um discurso de ampliar a percepção educacional acerca do tema o que gerou tensões conservadoras que se elevaram ao campo político. Perceberam que mesmo em meio a retrocessos no campo das políticas públicas com foco na diversidade humana, há resistências percebidas em Universidades e instituições de ensino que realizam iniciativas voltadas para a disseminação de perspectivas de gênero no espaço educacional. Em meio a tensões, este é um campo de vários debates que deve procurar romper com desinformação e estigmas, ajudando a construir um contexto de vivência com mais liberdade e justiça social.



Dentro da possibilidade de resistência ao modelo educacional apresentado cabe destacar como os estudantes ao final da temporada da série encontram para ir além do regime opressor de *Moordale*, ao realizarem uma apresentação teatral (figura 4) falando sobre sexo abertamente durante o fórum aberto da escola, quebrando com o *status quo* que até então Hope vinha definindo. Se apropriando da mesma identidade que utilizavam para envergonhar e reprimir; a “escola do sexo” e os “alunos do sexo” fazendo um movimento muito parecido com o que ocorreu com o movimento social *Queer*⁸. Ser a “escola do sexo” na obra é uma reivindicação simbólica identitária de comportamentos, cultura e organização que contrariam os discursos vigentes nesse espaço que historicamente tem servido para o emprego da norma e reforçar padrões como abstinência sexual, heterossexualidade compulsória e sexo somente para o fim biológico de reprodução.

Figura 4. Apresentação



Fonte: Reprodução / Netflix⁹

⁸ O termo *Queer* durante muito tempo foi utilizado (principalmente nos Estados Unidos) de forma pejorativa para ofender pessoas dissidentes dos papéis hegemônicos de sexualidade e de gênero, porém ao longo do tempo as minorias que sofriam preconceito e violência e as produções acadêmicas sobre gênero e sexualidade influenciadas pelo movimento feminista organizaram o movimento social *Queer* que ressignificou o termo como uma forma de resistência e subversão aos papéis heterossexuais vigentes até então na sociedade.

⁹ SEX Education. Direção de Ben Taylor, Runyararo Mapfumo. Reino Unido: Netflix, 2021.



Considerações Finais

Ao longo deste foi discutido a noção foucaultiana de poder, não estando presente nas mãos de um indivíduo, mas sim imbricado nas teias de relações sociais, tratando-se então de uma microfísica do poder presente em todo o corpo da sociedade. Dessa forma coube uma análise sobre as tecnologias de poder, como o disciplinar onde há um investimento em um olhar hierárquico e a adestração dos indivíduos em sociedade e o biopoder que é o poder sobre a vida e regulação dela produzem as categorias de normal e anormal no âmbito escolar/educacional. Aprendendo então como o dispositivo de sexualidade se constitui para a disciplinarização a partir de uma tríplice interdição quando o assunto é a presença da sexualidade na escola.

Sex Education amarra as reflexões de produção de corpos dentro do regime escolar opressivo disciplinar ao explicitar as possíveis relações retratadas no ambiente, sendo Hope a figura responsável pela materialização de um olhar hierárquico, adestração e adequação dos estudantes as ditas normas sociais e a ênfase no cerceamento de desejos e expressões relacionados ao gênero e sexualidade.

Os paralelos com o contexto nacional brasileiro de educação foram traçados, onde foram identificadas semelhanças entre momentos da série com o cenário político de educação nacional como a censura na BNCC de orientações para o tema gênero e sexualidade, onde o pânico moral instaurado por setores conservadores e hegemônicos da sociedade brasileira reforçam um modelo escolar opressivo, mas ao mesmo tempo como um espaço possível de resistência a esses moldes retrógrados.

Dessa forma pode-se apontar que os movimentos de resistência reivindicam os discursos dominantes na escola, ao permearem entre as lacunas que o silêncio imposto em forma de repressão do dispositivo de sexualidade, escapando aquilo que precisa ser dito, como no caso da série e do Brasil; educação sexual, diversidade de gênero e sexual.



Referências

ACOSTA, Tássio; GALLO, Sílvio. A educação em disputa no Brasil contemporâneo: entre os estudos de gênero, a dita ideologia de gênero e a produção de uma ‘ideologia de gênese’. *Educação*, [S.L.], v. 45, n. 1, p. 1-28, 25 set. 2020. Universidade Federal de Santa Maria. <http://dx.doi.org/10.5902/1984644443607>.

ARAÚJO, Luiz Carlos Marinho de. Gênero e sexualidade na bncc: possibilidades para implementação da disciplina educação para sexualidade na educação básica. *Revista Interinstitucional Artes de Educar*, [S.L.], v. 8, n. 1, p. 263-286, 11 fev. 2022. Universidade de Estado do Rio de Janeiro. <http://dx.doi.org/10.12957/riae.2022.65331>.

BORGES, Rafaela Oliveira; BORGES, Zulmira Newlands. Pânico moral e ideologia de gênero articulados na supressão de diretrizes sobre questões de gênero e sexualidade nas escolas. *Revista Brasileira de Educação*, [S.L.], v. 23, p. 1-23, 26 jul. 2018. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s1413-24782018230039>.

BORTOLINI, Alexandre; VIANNA, Cláudia Pereira. Política de educação em gênero e diversidade sexual. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, [S.L.], v. 17, n. 3, p. 2215-2234, 30 nov. 2022. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação. <http://dx.doi.org/10.21723/riace.v17iesp.3.16691>.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

CAMPOS, Isabela do Couto; MIRANDA, Jean Carlos. SEX EDUCATION IN SCHOOLS: an urgent need. *Zenodo*, [S.L.], v. 12, n. 34, p. 108-126, 6 out. 2022. Zenodo. <http://dx.doi.org/10.5281/ZENODO.7151234>.

CARDOSO, Helma de Melo. GÊNERO, SEXUALIDADE E ESCOLA: contribuições da teorização de Foucault. *Revista Tempos e Espaços em Educação*, [S.L.], v. 11, n. 01, p. 319-332, 13 jun. 2019. Revista Tempos e Espaços em Educação. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v11i01.9652>.

CARVALHO, Claudio Oliveira de; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. ‘Ainda vão me matar numa rua’: direito à cidade, violência contra lgbts e



heterocisnormatividade na cidade-armário. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais*, Vitória, v. 20, n. 2, p. 143-164, ago. 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8697519>. Acesso em: 15 dez. 2022.

CASSAL, Luan Carpes Barros; GONZALEZ, Aline Monteiro Garcia; BICALHO, Pedro Paulo Gastalho. Psicologia e o dispositivo da sexualidade: biopolítica, identidades e processos de criminalização. *Psico*, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 465-473, dez. 2011. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8600/7451>. Acesso em: 11 dez. 2022.

CUNHA, Flavia Melo da; PEREIRA, Jeffeson William. Dispositivo curricular, panoptismo escolar e resistência. *Aries Anuario de Antropología Iberoamericana*, [S.L.], v. 5, n. 2, p. 1-36, 31 dez. 2019. AIBR - Asociacion de Antropologos Iberoamericanos en Red. <http://dx.doi.org/10.11156/aries.2019.ar0005490>.

DANNER, Fernando. O Sentido da Biopolítica em Michel Foucault. *Revista Estudos Filosóficos*, São João Del-Rei, n. 4, p. 143-157, 2010. Disponível em: <https://www.ufsj.edu.br/portal2-repositorio/File/revistaestudosfilosoficos/art9-rev4.pdf>. Acesso em: 05 set. 2022.

DINIZ, Francisco Rômulo Alves; OLIVEIRA, Almeida Alves de. FOUCAULT: do poder disciplinar ao biopoder. *Scientia*, [S.L.], v. 2, n. 3, p. 143-158, jun. 2014. Disponível em: http://www.faculdade.flucianoifeijao.com.br/site_novo/scientia/servico/pdfs/VOL2_N3/FRANCISCOROMULOALVESDINIZ.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022.

DORNELLES, Priscila Gomes. *A (hetero)normalização dos corpos em práticas pedagógicas da Educação Física escolar*. 2013. 192 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.



FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. 13. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004.

FOUCAULT, MICHEL. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2005.

FOUCAULT, MICHEL. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1999.

LASTA, Leticia Lorenzoni; HILLESHEIM, Betina. Políticas de inclusão escolar: produção da anormalidade. *Psicologia & Sociedade*, [S.L.], v. 26, n. spe, p. 140-149, 2014. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0102-71822014000500015>.

LAURINDO, Cosme Rezende. Construções identitárias bissexuais e matrizes hetero e homonormativas. *Revista Brasileira de Estudos da Homocultura*, [S.L.], v. 03, n. 10, p. 48-58, jun. 2020. <https://dx.doi.org/10.31560/2595-3206.2020.10.10888>

LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

MIRANDA, Marcelo Henrique Gonçalves de; OLIVEIRA, Ana Caroline Amorim. Os Limites das Categorias Heteronormativas no cotidiano escolar e a Pedagogia Queer: o caso do uso do banheiro. *Revista Educação e Cultura Contemporânea*, [S.L.], v. 13, n. 32, p. 350-373, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufma.br/jspui/handle/123456789/709>. Acesso em: 10 out. 2022.

REIS, Toni; EGGERT, Edla. Ideologia de gênero: uma falácia construída sobre os planos de educação brasileiros. *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, v. 38, n. 138, p. 9-26, mar. 2017. <https://doi.org/10.1590/ES0101-7330201716552210.1590>

SEX Education. Direção de Ben Taylor, Runyararo Mapfumo. Reino Unido: Netflix, 2021.



SILVA, Robson Guedes da; VALENÇA, Karina Mirian da Cruz. Corpos efeminados na escola: a subalternidade em um espaço excludente. *Revista Caderno de Estudos e Pesquisa na Educação Básica*, Recife, v. 2, n. 1, p. 36-50, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernoscap/article/view/14968/17803>. Acesso em: 15 out. 2022.

VALLE, Sara del. O CONCEITO DE PODER DISCIPLINAR NO PENSAMENTO DE MICHEL FOUCAULT. *Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação*, [S.L.], v. 18, n. 3, p. 249-258, 18 dez. 2018. Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. <http://dx.doi.org/10.21680/1984-3879.2018v18n3id14724>.



Disciplinary power and sexuality device in Sex Education series: possible parallels with brazilian educational context.

ABSTRACT: This paper aims to analyze the relationship between the disciplinary power and the sexuality device with the third season of Sex Education (2021) and the possible parallels with the national context of Brazilian education. The research perpass the foucauldian notion of power, and how it could result in the form of disciplinary power in the school environment through the series plot, perceiving the discursive practice of the device of sexuality in the production of the so-called normal and abnormal bodies. That way, Sex Education gives subsidies to look critically at Brazilian national educational events, especially the dissemination of fallacies like gender ideology and the censorship of sexuality gender tematics from the Common National Base Curriculum (BNCC).

KEYWORDS: Disciplinary power. Sexuality device. Sex Education.

Áshlyn Lima dos SANTOS

Mulher transgênero. Estudante de Psicologia pela Universidade Paranaense (UNIPAR). Integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Diversidade Sexual (NUDISEX) da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Também faz parte do grupo de pesquisa sobre Estudos em Gerontologia: Cognição, Sociedade e Sexualidade da Universidade Paranaense (UNIPAR). Participa no Conselho Regional de Psicologia (CRP-PR) nas comissões: Diversidade de Gêneros e Sexualidades (DIVERGES) e Núcleo Transcentrado. Foi bolsista de projetos de iniciação científica sobre gênero, sexualidade e envelhecimento (2021-2023). Atuou como monitora da disciplina de Processos Grupais no curso de Psicologia. Possui interesse e estuda esquizoanálise e correntes pós-estruturalistas. Artista, escritora e revisora de trabalhos acadêmicos.

email: reallamur@gmail.com

Lucas Adriano BESSAO

Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio pelo Instituto Federal do Paraná (2020). Graduando em Psicologia pela



Áshlyn Lima dos Santos
Lucas Adriano Bessão
Maria Fernanda Monteiro Cavalcante
Tayná Ceccon Martins

199

Universidade Paranaense (Unipar). Participou do Programa de Iniciação Científica como aluno pesquisador nos temas “a "Desejo de ser e liberdade no cinema: fundamentos filosóficos sartrianos e dispositivos clínicos-educacionais” (2022) e “ Percepção De Acadêmicos De Ciências Da Saúde De Uma Cidade Do Noroeste Do Paraná Sobre A Sexualidade De Idosos” (2023).

email: lucas.bessao@edu.unipar.br

Maria Fernanda Monteiro CAVALCANTE

Bacharel e Licenciada em Psicologia, laureada com título de melhor aluna do curso de Psicologia (2024) pela Universidade Paranaense (Unipar). Pós-graduanda em Psicologia Histórico-Cultural (2024-2025) - Universidade Paranaense (Unipar). Participou do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) da Universidade Paranaense (2023), como aluna pesquisadora do tema “As Artes Midiáticas e o Direito - entrecruzamentos, corporeidades e poéticas da presença”. Atua como Psicóloga na Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - APMI de Cruzeiro do Oeste - PR.

Email: maria.monteiro@edu.unipar.br

Tayná Ceccon MARTINS

Mestre em Psicologia - Universidade Estadual de Londrina (UEL). Pesquisou no Mestrado o psicólogo como potencializador da participação política na Política de Assistência Social. Especializada em Gestão de Pessoas pela Universidade Católica Dom Bosco. Psicóloga (2010) e Bacharel em Direito (2016) pela Universidade Paranaense - Unipar. Docente em Psicologia na Universidade Paranaense entre os anos 2019-2024. Atuou como psicóloga da Política de Assistência Social por onze anos, no Centro de Referência de Assistência Social - CRAS em Cruzeiro do Oeste/PR. Atualmente é psicóloga na Secretaria de Educação da Prefeitura Municipal de Umuarama/PR.

Email: ceccontayna@gmail.com



Recebido em: 19/03/2023

Aprovado em: 29/09/2024